

ASSEMBLÉIA DA ADUNICAMP

Dia: 22/10/03 (quarta-feira)

Hora: 12 horas

Local: Auditório da ADunicamp

Pauta:

- 1) Informes – A Luta Continua;
- 2) Escolha de Delegado/Observador para o 47º CONAD (em Natal);
- 3) Outros.

O TRUCO DOS TRAÍDOS 1ª Olimpíada da Unicamp

A Adunicamp patrocinará um torneio de truco – o Truco dos Traídos – durante a 1ª Olimpíada da Unicamp, a ser realizada nos finais de semana, dias 25 e 26/10 e 01 e 02/11 de 2003 com a participação de equipes de alunos, técnico-administrativos e docentes da Unicamp enfrentando-se em diversas modalidades esportivas.

Para o torneio O Truco dos Traídos, que acontecerá no dia 25/10, será utilizado um baralho especialmente confeccionado para a ocasião, com fotos de governantes e membros do Legislativo que traíram a confiança do funcionalismo público propondo e aprovando a Reforma da Previdência.

As duplas que participarem ganharão o baralho como brinde. Ao vencedor do torneio, a ADunicamp oferecerá o valioso troféu Grande Traído.

Venha participar do torneio. Truque com quem te traiu!

Dia: 25/10/03 (sábado)

Hora: 16 horas

Local: Cantina da Faculdade de Educação Física (FEF)

Maiores informações: www.lau-unicamp.cjb.net

Publicamos neste Boletim o texto da *Nota de Repúdio à formação de Comissão Interministerial, destinada a apurar a localização dos restos mortais dos desaparecidos no Araguaia*, assinada pelo Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e outros e que nos foi encaminhada pelo associado Sérgio Silva em 13 de outubro próximo passado.

Nota de repúdio à formação de Comissão Interministerial, destinada a apurar a localização dos restos mortais dos desaparecidos no Araguaia

“Passados 30 anos, um terço de século, e impedir ainda que mães, pais e filhos tenham meios reais de recolher os restos de seus parentes desaparecidos, é mais do que assombroso e deprimente: é abjeto, é indigno”.

Jânio de Freitas, FSP 29/08/03

Ao assinar o Decreto nº 4850, de 02/10/2003, que instituiu uma Comissão Interministerial com a finalidade de obter informações que levem apenas à localização dos restos mortais de participantes da Guerrilha do Araguaia, o atual governo federal, mais uma vez, choca os familiares de mortos e desaparecidos políticos e todos aqueles que, durante mais de trinta anos, vêm lutando pelo resgate da nossa história recente.

Infelizmente, comprovamos que o governo federal reafirma, com a assinatura desse decreto, a sua posição política de acobertamento dos crimes cometidos durante a ditadura militar.

Essa decisão já se anunciava quando a Advocacia Geral da União recorreu da sentença dada pela juíza federal, Dra Solange Salgado, que determinou a abertura de todos os arquivos das Forças Armadas e a intimação dos militares envolvidos para prestarem depoimento. O recurso da AGU deixou claro que, em nome de uma pretensa “governabilidade”, se ousava negociar o direito da sociedade brasileira à verdade.

Apesar das insistentes solicitações dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e das entidades de direitos humanos, no sentido de que não fosse oferecido nenhum obstáculo ao cumprimento integral da aludida sentença, o governo federal escolheu caminhar na contramão da história.

Como era de se esperar, essa decisão provocou inúmeros protestos das entidades de direitos humanos nacionais e internacionais e de diversos segmentos da nossa sociedade. Para tentar diminuir o impacto negativo provocado, o governo anunciou que constituiria uma comissão “para agradecer os familiares”, tratando as mortes e desaparecimentos políticos como uma questão meramente humanitária e do interesse apenas dos familiares de mortos e desaparecidos.

Trata-se de uma avaliação falsa, já que busca esconder uma questão política, que é de interesse de toda a sociedade brasileira e não apenas daqueles que foram diretamente atingidos pela ditadura.

Os efeitos causados pelo acobertamento dos crimes cometidos em nome da “segurança nacional” e a manutenção do aparato de repressão da ditadura militar são evidenciados na banalização da tortura e das demais violações de direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado nos dias atuais.

Ressaltamos, ainda, que a Comissão Interministerial representa um retrocesso na luta pelo direito à justiça e à verdade. Enquanto outros países latino-americanos – que

passaram por ditaduras militares tão sangrentas quanto à nossa, instalam comissões com representantes da sociedade civil, com maior independência do Estado e transparência – o atual governo instala uma comissão estruturalmente governamental.

Tal comissão será absolutamente sigilosa e com poderes para classificar quais as informações que poderão ser divulgadas. Ou seja, foi outorgado à comissão o poder de selecionar os fatos que serão levados à sociedade, reproduzindo-se uma prática adotada durante toda a ditadura militar.

Não resta a menor dúvida de que o Decreto nº 4.850 foi criado com o objetivo de proteger aqueles que prenderam, assassinaram e desapareceram com os opositores políticos ao regime ditatorial.

Para a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos, já existe uma comissão, criada pela Lei nº 9.140/95, que até agora não conseguiu obter êxito, porque não houve vontade política do anterior governo neste sentido, assim como esses recentes fatos demonstram que também não há do atual governo.

Portanto, a comissão de “notáveis”, instituída pelo Decreto nº 4.850, não apenas desautoriza a comissão já existente, como restringe a sua atuação somente aos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia.

Por tudo o que foi exposto acima, os companheiros, os familiares dos mortos e desaparecidos políticos e as entidades de direitos humanos relacionadas abaixo repudiam a instalação da mencionada Comissão Interministerial e reafirmam a sua luta pela verdade e pela justiça.

Pela Vida, Pela Paz, Tortura Nunca Mais!

10 de outubro de 2003

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ
Grupo Tortura Nunca Mais/BA
Movimento Tortura Nunca Mais/MG
Grupo Tortura Nunca Mais/SP
Movimento Tortura Nunca Mais/PE
Comitê Catarinense Pro-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos
Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL/Brasil)
Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
Instituto de Estudos da Violência do Estado (IEVE)
Movimento de Justiça e Direitos Humanos
Instituto Pauline Reishstul